

FORMAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE INSTITUCIONAL: A UnED MARIA DA GRAÇA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ana Cristina Mettri ¹, Leonardo Brito ²

RESUMO: Este artigo analisa a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, destacando as permanências e rupturas que marcaram sua consolidação histórica. A pesquisa adota como objeto o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) e, em particular, a Unidade Descentralizada (UnED) Maria da Graça, instalada no espaço anteriormente ocupado pela Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). A metodologia consistiu em análise documental e bibliográfica, legislação, articulando categorias de memória, identidade e formação profissional. Os resultados revelam que a Educação Profissional e Tecnológica teve em seu percurso propostas tecnicistas, de caráter instrumental, e concepções voltadas à formação integral. O CEFET/RJ consolidou-se como instituição singular na Rede Federal, preservando identidade própria e enfrentando tensões no processo de expansão multicampi. A UnED Maria da Graça, por sua vez, configura-se como lugar de memória, ao ressignificar um espaço fabril em território pedagógico, simbolizando tanto conquistas quanto desafios. Embora apresente infraestrutura diversificada e políticas de inclusão, a questão do DU (Desenho Universal), apresenta pontos vulneráveis quanto a adequação das normas vigentes em relação a acessibilidade. O estudo evidencia, assim, a complexidade da EPT brasileira, em que contradições históricas convivem com experiências inovadoras.

PALAVRAS-CHAVE: CEFET Maria da Graça; FENAME; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT: This article analyzes the trajectory of Professional and Technological Education (EPT) in Brazil, highlighting the continuities and ruptures that marked its historical consolidation. The research focuses on the Federal Center for Technological Education Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) and, in particular, the Decentralized Unit (UnED) Maria da Graça, established in the space previously occupied by the National Foundation of School Material (FENAME). The methodology consisted of documentary and bibliographic analysis, as well as legislation, articulating categories of memory, identity, and professional training. The results reveal that Professional and Technological Education has included in its trajectory both technicist, instrumental approaches and conceptions aimed at integral education. CEFET/RJ has consolidated itself as a unique institution within the Federal Network, preserving its own identity and facing tensions during the process of multicampus expansion. UnED Maria da Graça, in turn, is configured as a place of memory, by resignifying an industrial space into a pedagogical territory, symbolizing both achievements and challenges. Although it presents diversified infrastructure and inclusion policies, the issue of UD (Universal Design) reveals vulnerabilities regarding the adequacy of current accessibility standards. The study thus highlights the complexity of Brazilian EPT, in which historical contradictions coexist with innovative experiences.

KEYWORDS: CEFET Maria da Graça; FENAME; Educação Profissional e Tecnológica

¹ Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica do Programa ProfEPT. E-mail: anamettri@gmail.com.

² Pós Doutor em Educação pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Professor do Departamento de História do CPIL e do Programa ProfEPT. E-mail: leonardo.brito.1@cp2.edu.br

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ocupa lugar estratégico na história da educação brasileira, representando tanto respostas a transformações do mundo do trabalho quanto a consolidação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social. Desde a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, a EPT esteve atravessada por disputas de projetos de sociedade, alternando momentos em que prevaleceu a formação tecnicista, direcionada à rápida inserção produtiva, e outros em que se projetaram propostas de formação integral.

A trajetória da EPT revela permanências e rupturas que acompanham ciclos políticos, econômicos e sociais. Durante o período republicano inicial, a educação profissional foi voltada a jovens pobres, com caráter assistencialista e disciplinador. Já nos anos 1940, com incentivos à industrialização, o ensino técnico foi estruturado em moldes setoriais, consolidando a identidade das escolas industriais e técnicas. A ditadura civil-militar reforçou o tecnicismo, alinhado a influências norte-americanas, enquanto as reformas da década de 1990, fragmentaram ainda mais a educação básica e a profissional. Na virada deste século, contudo, marcou a reaproximação entre ensino médio e educação profissional, culminando na criação dos Institutos Federais, em 2008, e na ampliação da Rede Federal.

Nessa trajetória, destaca-se o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), cuja história remonta, em 1917, com a criação da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. Em 1978, com a antiga Escola Técnica Nacional, conquistou autonomia administrativa ao se tornar centro federal de ensino. A singularidade do CEFET/RJ está no fato de ter preservado sua identidade institucional, marcada pela verticalização do ensino. Atualmente, tem avançado na proposta de se constituir em Universidade Tecnológica. Essa posição diferenciada, entretanto, não impediu que a instituição fosse impactada pelas políticas de expansão da Rede Federal, sobretudo pela criação de Unidades Descentralizadas (UnEDs), como a de Maria da Graça, o objeto de estudo desta pesquisa.

A UnED Maria da Graça constitui um caso singular da relação entre memória, identidade e educação profissional. Instalada em edifício que pertenceu à antiga Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), a unidade ressignifica um espaço fabril e burocrático, transformando-o em local pedagógico. Essa transição ilustra a noção de “lugares de memória” de Nora (1993), na medida em que o prédio condensa temporalidades distintas. A análise dessa unidade permite, portanto, articular a trajetória da EPT no Brasil à materialidade e à memória institucional, compreendendo como o espaço físico se converte em dispositivo pedagógico.

Diante desse recorte, o objetivo geral da pesquisa analisa a trajetória institucional da UnED Maria da Graça do CEFET/RJ, entendendo-a como lugar de memória e identidade no contexto da EPT brasileira.

Como objetivos específicos, a pesquisa propõe-se:

- (i) reconstruir a história do CEFET/RJ, em diálogo com a evolução da EPT no Brasil, destacando suas permanências e rupturas;
- (ii) analisar a implementação da UnED Maria da Graça, enfatizando sua instalação em espaço de memória (antiga FENAME);
- (iii) refletir sobre a importância da UnED Maria da Graça na democratização do acesso à educação profissional e tecnológica.

O referencial teórico que sustenta este trabalho articula duas vertentes principais. A primeira diz respeito à discussão sobre memória e identidade. Maurice Halbwachs (2006) desenvolve o conceito de memória coletiva, mostrando que recordações individuais são sempre moldadas por quadros sociais. Pierre Nora (1993) propõe a noção de lugares de memória, que se materializam em espaços, símbolos e práticas em contextos de transformação histórica. Jacques Le Goff (1990), por sua vez, afirma que a memória é campo de disputa, sendo mobilizada por diferentes projetos políticos e sociais.

A segunda vertente refere-se aos estudos sobre a educação profissional no Brasil. Luiz Antonio Cunha (2000) identifica a dualidade estrutural que marca o sistema educacional brasileiro, separando formação propedêutica e formação técnica. Frigotto (2005), Ciavatta (2009) e Kuenzer (2000) ampliam a análise ao defenderem a necessidade de uma formação integrada e omnilateral, na qual trabalho, ciência, cultura e tecnologia se articulem em um mesmo processo. Esses autores são fundamentais para compreender os desafios constantes no CEFET/RJ e na UNED Maria da Graça.

O percurso metodológico é de caráter qualitativo, baseada em análise bibliográfica e documental. Foram examinados documentos primários emitidos pela própria instituição, trabalhos científicos nas principais bases



de dados, além de imagens, dossiês institucionais sobre o CEFET/RJ e a FENAME. A análise buscou articular os dados documentais com o referencial teórico, construindo uma narrativa crítica sobre a trajetória da EPT e sua materialização no caso estudado.

Espera-se que este estudo contribua para ampliar a compreensão sobre a EPT como espaço de memória e identidade, superando leituras restritas ao viés tecnicista. Ao analisar a UnED Maria da Graça, pretende-se evidenciar como as instituições carregam em seus espaços e práticas a materialização histórica de políticas públicas, transformações sociais e disputas ideológicas. Essa perspectiva permite não apenas compreender o passado, mas também refletir sobre os caminhos possíveis para uma educação profissional mais democrática, inclusiva e emancipadora.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste artigo articula três dimensões fundamentais: a memória como categoria de análise histórica e social; a identidade institucional como expressão das práticas e narrativas que configuram os espaços educativos; e os estudos sobre a EPT, compreendida em sua especificidade no contexto brasileiro.

A noção de memória, em sua perspectiva sociológica, foi amplamente desenvolvida por Halbwachs (2006). Para o autor, a memória não é atributo individual, mas construção social: os indivíduos recordam a partir dos quadros de referência fornecidos pelos grupos aos quais pertencem, uma vez que seus espaços e práticas se constituem como depositários de memórias coletivas, moldando identidades e valores.

Pierre Nora (1993) amplia essa discussão ao propor a ideia de lugares de memória. No caso da UnED Maria da Graça, instalada em espaço anteriormente ocupado pela Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), a dimensão da memória torna-se particularmente relevante. O edifício, que em outra temporalidade abrigou a produção estatal de materiais didáticos, é reocupado e ressignificado como espaço pedagógico, constituindo um verdadeiro lugar de memória (Nora, 1993).

Jacques Le Goff (1990) acrescenta uma perspectiva crítica ao afirmar que a memória é campo de disputa. Preservar, reinterpretar ou silenciar determinados aspectos do passado envolve relações de poder. A memória se articula à identidade, entendida como processo de construção social e institucional. Stuart Hall (2006) discute que identidades não são fixas, mas fluidas, historicamente situadas e moldadas por contextos de poder. Aplicado às instituições de ensino, isso significa que suas identidades se constroem na articulação entre projetos pedagógicos, memória coletiva e inserção social.

No campo da educação profissional, a identidade institucional reflete tensões entre diferentes concepções formativas. Luiz Antonio Cunha (2000) identifica a existência de uma dualidade estrutural no sistema educacional brasileiro: de um lado, a formação propedêutica destinada às elites; de outro, a formação técnica voltada às classes trabalhadoras. Essa dualidade foi historicamente legitimada como mecanismo de reprodução social, impedindo a construção de um sistema educacional realmente integrado.

Frigotto (2005), Ciavatta (2009), Ramos (2001) e Kuenzer (2000) reforçam a crítica a esse modelo, defendendo a construção de uma educação omnilateral, capaz de articular trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Para esses estudiosos, a superação da lógica tecnicista é condição para consolidar a EPT como projeto emancipador. Assim, a identidade das instituições de educação profissional não se reduz a um perfil técnico, mas deve refletir compromissos com inclusão, cidadania e transformação social.

Essa perspectiva é central para compreender o CEFET/RJ e, mais especificamente, a UnED Maria da Graça. A instituição se constitui como espaço simbólico no qual se disputam concepções sobre o sentido da educação profissional. A memória da FENAME, preservada no edifício da UnED, torna-se parte dessa identidade, vinculando o presente formativo a um passado de políticas públicas educacionais.

A literatura sobre a EPT no Brasil evidencia que sua trajetória é marcada por ciclos de expansão e retração, sempre em diálogo com o mundo do trabalho e as políticas econômicas. Cunha (2000) destaca que, desde as Escolas de Aprendizes Artífices, a formação profissional foi destinada às classes populares, com caráter assistencialista e disciplinador. Esse viés reforçou a dualidade estrutural, mantendo a formação técnica separada da formação geral.

Durante a ditadura civil-militar, a influência norte-americana consolidou o modelo tecnicista, voltado à produtividade e eficiência, em detrimento da formação crítica. A legislação da época, como a Lei nº 5.692/1971,



institucionalizou esse modelo. Na década de 1990, com o avanço do neoliberalismo, políticas como o Decreto nº 2.208/1997 intensificaram a fragmentação curricular, separando ensino médio e educação profissional.

Os teóricos Frigotto (2005) e Kuenzer (2000) apontam que essas medidas fragilizaram a perspectiva integrada, transformando a educação em mercadoria e reforçando desigualdades sociais. A retomada de políticas mais inclusivas ocorreu nos anos 2000, com o Decreto nº 5.154/2004, que possibilitou novamente a oferta integrada, e com a Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais. Ciavatta (2009) observa que tais avanços, não eliminaram a dualidade histórica, mas abriram espaço para experiências inovadoras.

Os estudos sobre a UnED Maria da Graça estão situados nesse contexto. Sua criação resultou da expansão da Rede Federal nos anos 2000, e sua identidade é marcada tanto pelo vínculo com a trajetória nacional da EPT quanto pela memória local da FENAME. Isso a torna exemplo paradigmático das tensões entre continuidade e ruptura, entre tecnicismo e formação integral, entre reprodução e emancipação.

Portanto, a fundamentação teórica deste artigo articula a compreensão da memória como construção social e lugar de disputa (Halbwachs, 2006; Nora, 1993; Le Goff, 1990); análise da identidade como processo histórico e institucional (Hall, 2006; Cunha, 2000); a reflexão sobre a EPT no Brasil (Frigotto, 2005; Ciavatta, 2009; Kuenzer, 2000; Ramos, 2001). Essa articulação permite analisar o CEFET/RJ e a UNED Maria da Graça não apenas como espaços formativos, mas como lugares de memória e de disputa política em torno da educação profissional e tecnológica.

METODOLOGIA

A pesquisa apresentada neste artigo tem caráter qualitativo, fundamentada em análise documental e interpretação crítica de textos, projetos pedagógicos e produções acadêmicas relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ao CEFET/RJ e à Unidade Descentralizada (UnED) Maria da Graça. O enfoque qualitativo justifica-se por permitir compreender o objeto em sua complexidade, valorizando as dimensões simbólicas, históricas e institucionais que estruturam a trajetória da EPT.

O percurso metodológico envolveu três etapas principais. A primeira etapa consistiu no levantamento e seleção de documentos. Foram analisados, em especial, três conjuntos de fontes: (i) textos acadêmicos e dissertações sobre memória e educação profissional tecnológica; (ii) documentos institucionais, que descreve a infraestrutura e a oferta formativa da unidade; (iii) dossiês históricos relacionados à trajetória do CEFET/RJ e da antiga Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), fornecendo subsídios sobre o entendimento da transformação do espaço físico em local de ensino.

Na segunda etapa, realizou-se a análise dos referenciais teóricos que fundamentam o trabalho, relacionando autores clássicos sobre memória e identidade (Halbwachs, Nora, Le Goff, Hall) a autores que problematizam a EPT no Brasil (Cunha, Frigotto, Ciavatta, Ramos, Kuenzer). Essa análise possibilitou estabelecer diálogos entre teoria e empiria, de modo a construir categorias interpretativas adequadas ao objeto.

A terceira etapa envolveu a articulação entre dados documentais e referencial teórico. O objetivo foi compreender como a trajetória da EPT se reflete na história do CEFET/RJ e, mais especificamente, na UnED Maria da Graça. Para isso, adotou-se uma abordagem analítico-interpretativa, na qual os documentos não foram tratados como meros registros factuais, mas como expressões de disputas e projetos políticos.

O estudo teve como objeto de pesquisa o CEFET Maria da Graça, situada no bairro da zona norte do Rio de Janeiro, que se inspirou no nome do bairro para nomear este campus. A unidade é significativa porque ocupa um edifício de grande relevância histórica: as antigas instalações da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), responsável pela produção e distribuição de materiais didáticos em âmbito nacional durante décadas do século XX. A ressignificação desse espaço permite compreender a relação entre memória, identidade e educação profissional.

Os instrumentos de coleta de dados foram essencialmente documentais. Fontes bibliográficas, dissertações e principalmente materiais primários emitidos pela própria instituição foram examinados como fonte principal para compreender a memória institucional da UnED Maria da Graça. Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos forneceram informações detalhadas sobre a infraestrutura, os cursos ofertados e as políticas de acessibilidade da unidade. Outros dossiês históricos e institucionais complementaram as informações, permitindo contextualizar a trajetória do CEFET/RJ em diálogo com as políticas nacionais da EPT.



A análise, pautada no método documental crítico, buscou articular os elementos empíricos às categorias teóricas de memória, identidade e educação profissional. Como destaca Le Goff (1990), a memória deve ser entendida como campo de disputa; nesse sentido, a análise documental não se restringiu à descrição, mas procurou identificar tensões, silenciamentos e reinterpretações.

A escolha pela metodologia qualitativa e documental deve-se ao próprio objeto de estudo. O CEFET/RJ e a UnED Maria da Graça não podem ser compreendidos apenas por meio de indicadores quantitativos, pois sua relevância está na dimensão simbólica e histórica que carregam. Assim, a análise documental, aliada ao referencial teórico, possibilitou o entendimento da instituição como lugar de memória, no qual se condensam experiências de formação, disputas políticas e reconfigurações espaciais.

Portanto, a metodologia adotada busca não apenas reconstruir fatos históricos, mas interpretá-los criticamente, evidenciando as permanências e rupturas da EPT, a memória institucional do CEFET/RJ e o papel da UNED Maria da Graça como espaço pedagógico e simbólico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa revelam que a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, bem como a história do CEFET/RJ e da Unidade Descentralizada Maria da Graça, expressa uma profunda relação entre memória, identidade e políticas educacionais. A análise documental crítica mostrou que as instituições de ensino não apenas reproduzem práticas pedagógicas, mas se constituem em espaços simbólicos nos quais se projetam disputas ideológicas, permanências históricas e possibilidades de inovação.

1. A EPT no Brasil: permanências e rupturas

A reconstrução da trajetória da EPT evidenciou que sua origem está associada a projetos assistencialistas e moralizadores, como a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, destinadas aos jovens pobres. Esse caráter disciplinador foi ampliado nas décadas seguintes, sobretudo com a consolidação do ensino industrial nos anos 1940, no contexto do Estado Novo.

Durante a ditadura civil-militar (1964–1985), a influência norte-americana consolidou uma pedagogia tecnicista, que reduzia a formação à lógica da produtividade. A Lei nº 5.692/1971 é um marco desse período, pois instituiu a profissionalização obrigatória no ensino de 2º grau, sem que houvesse investimentos suficientes para assegurar sua qualidade. Nos anos 1990, as reformas neoliberais aprofundaram essa fragmentação, separando ensino médio e profissionalização, conforme o Decreto nº 2.208/1997.

Contudo, os anos 2000 representaram um período de retomada de políticas voltadas à integração. O Decreto nº 5.154/2004 restabeleceu a possibilidade de articular ensino médio e formação técnica, enquanto a Lei nº 11.892/2008 criou os Institutos Federais, expandindo a Rede Federal. Como argumentam Frigotto (2005) e Ciavatta (2009), esses avanços foram importantes, mas não eliminaram a dualidade estrutural da educação brasileira, apontada por Cunha (2000).

2. O CEFET/RJ: memória, identidade e expansão

O CEFET-RJ Conquistou autonomia administrativa em 1978, tornando-se Centro Federal de Ensino. Esse marco foi fundamental para consolidar sua identidade institucional, possibilitando a verticalização do ensino. Diferentemente de outras instituições, o CEFET/RJ não foi transformado em Instituto Federal em 2008, preservando sua especificidade e projetando-se como possível Universidade Tecnológica.

Os documentos analisados indicam que a expansão da Rede Federal também impactou o CEFET/RJ, sobretudo com a criação das Unidades Descentralizadas (UnEDs). Essa estratégia ampliou o acesso e democratizou a educação profissional, mas gerou tensões internas. Enquanto a sede no Maracanã dispõe de infraestrutura consolidada, algumas unidades descentralizadas enfrentaram dificuldades estruturais e de gestão.

Essa situação reforça o que Cunha (2000) chama de dualidade estrutural, aqui manifesta em termos institucionais: a coexistência de uma sede consolidada e de unidades em processo de afirmação. A análise documental também evidenciou que o CEFET/RJ buscou alinhar-se às políticas públicas de expansão sem renunciar a sua identidade.



3. A UNED Maria da Graça como lugar de memória

Atualmente, o CEFET-RJ conta com um campus-sede (Maracanã), e sete campi: Nova Iguaçu, Maria da Graça, Itaguaí, Valença, Angra dos Reis, Friburgo e Petrópolis. Um dos resultados mais significativos da pesquisa diz respeito à UnED Maria da Graça, instalada nas antigas instalações da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). A FENAME foi, durante décadas, responsável pela produção e distribuição de materiais escolares em escala nacional, o que lhe conferia papel estratégico nas políticas educacionais do período. O reaproveitamento de seu espaço pela instituição confere à unidade uma dimensão simbólica singular.

Essa característica distingue a UNED Maria da Graça das demais unidades do CEFET/RJ. Sua materialidade carrega não apenas a função pedagógica, mas também a memória de uma política pública anterior, permitindo que os estudantes e professores reconheçam-se como herdeiros de uma trajetória educacional mais ampla.

4. Infraestrutura e acessibilidade

Apesar de esforços recentes quanto a melhoria da infraestrutura, o campus oferece em alguns pontos acessibilidade insipiente, mesmo possuindo elevador em um dos blocos, rampas, sanitários adaptados e núcleos de apoio a estudantes com necessidades especiais (NAPNE). A ressignificação de espaços e suas adaptações têm se mostrado um grande desafio no tocante ao Desenho Universal.

Essa questão é um dos pontos vulneráveis para o atendimento das normas vigentes, em que parcerias tem sido uma alternativa eficaz para atendimento das diretrizes que estão em vigor. Essas medidas expressam o compromisso institucional com a inclusão, ainda que demandem investimentos contínuos para assegurar plena adequação.

5. Articulação com o mundo do trabalho

A relação da UNED Maria da Graça com o mundo do trabalho é marcada por sua vocação para áreas industriais, especialmente automotiva e de automação. O campus oferece um curso de graduação e os seguintes cursos integrados ao Ensino Médio: Manutenção Automotiva, Automação Industrial, Segurança do Trabalho e Produção Cultural; além do Curso Técnico Subsequente de Energia Renovável e Segurança do Trabalho. Essa característica dialoga com a tradição histórica da EPT, mas também abre espaço para projetos inovadores. A análise dos documentos indica que a unidade busca firmar parcerias com empresas e arranjos produtivos locais que fortalece sua inserção territorial.

No entanto, como destacam Frigotto (2005) e Ciavatta (2009), tais parcerias devem ser concebidas não apenas como fornecimento de mão de obra, mas como oportunidades de integração entre ensino, pesquisa e extensão. Esse é um desafio central para que a UnED Maria da Graça não se limite à lógica do mercado, mas contribua para a formação crítica e cidadã de seus estudantes.

6. Síntese dos resultados

Em síntese, os resultados e discussões indicam que:

- A EPT brasileira é marcada por permanências e rupturas, oscilando entre tecnicismo e formação integral.
- O CEFET/RJ consolidou-se como instituição singular na Rede Federal, preservando identidade própria, mas também enfrentando tensões na expansão multicampi.
- A UnED Maria da Graça simboliza a ressignificação de um espaço de memória (FENAME) em espaço pedagógico, articulando passado e presente.
- A infraestrutura e a diversidade de cursos expressam avanços, mas os desafios estruturais, integração institucional e manutenção da infraestrutura permanecem.
- A articulação com o mundo do trabalho é promissora, desde que orientada por uma concepção de formação omnilateral e não apenas instrumental.

Assim, a UNED Maria da Graça se constitui como exemplo singular da complexidade da EPT brasileira: lugar de memória, grandes desafios, espaço de formação e cenário de disputas em torno do sentido da educação profissional.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo evidenciou que a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil não pode ser compreendida apenas como sequência de políticas públicas ou reformas institucionais. Trata-se de um campo atravessado por disputas históricas, tensões ideológicas e contradições estruturais que se refletem diretamente nas práticas pedagógicas e nas identidades institucionais. Desde as Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909, até a expansão da Rede Federal no século XXI, a EPT oscilou entre projetos voltados à mera adaptação da mão de obra às demandas produtivas e iniciativas que buscavam a formação integral e emancipadora dos sujeitos.

O estudo do CEFET/RJ mostrou-se exemplar nesse sentido. Sua autonomia conquistada em 1978, a verticalização do ensino e a preservação de identidade própria frente à criação dos Institutos Federais em 2008 revelam tanto sua singularidade quanto os dilemas enfrentados. Por um lado, a instituição consolidou-se como referência em educação tecnológica, com forte tradição acadêmica e compromisso com a formação profissional. Por outro, a expansão multicampi gerou tensões administrativas e assimetrias internas, evidenciando que democratizar o acesso exige também políticas de equidade e integração.

A UnED Maria da Graça, foco deste artigo, amplia essa reflexão ao revelar como memória, espaço e identidade se entrelaçam no âmbito da EPT. Instalada nas antigas dependências da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), a unidade simboliza um processo singular de ressignificação: de fábrica de materiais didáticos a espaço pedagógico. Essa transição não se limita a um aproveitamento físico do edifício, mas expressa a transformação de um lugar em “lugar de memória” (Nora, 1993), no qual passado e presente se condensam. O espaço fabril, antes dedicado à produção material, torna-se território de produção simbólica, no qual novas gerações se formam em diálogo com a memória do próprio local.

Os resultados obtidos indicam que a UnED Maria da Graça desempenha papel central na democratização do acesso à educação profissional em uma região de grande diversidade social. Sua infraestrutura, composta por laboratórios, oficinas e biblioteca, possibilita experiências de formação que integram teoria e prática. As políticas de acessibilidade, como rampas e núcleos de atendimento especializado, reforçam o compromisso com a inclusão. Contudo, permanecem desafios: a necessidade de manutenção constante, a atualização de equipamentos, obras de infraestrutura para atendimento a legislação vigente e a integração plena com a sede do CEFET/RJ.

No campo pedagógico, a UnED Maria da Graça também reflete os dilemas da própria EPT. Como apontam Cunha (2000) e Frigotto (2005), a dualidade estrutural da educação brasileira persiste, tensionando currículos e projetos pedagógicos entre a lógica tecnicista e a perspectiva de formação omnilateral. As parcerias com o setor produtivo, embora importantes, precisam ser acompanhadas de estratégias que garantam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, evitando que a instituição se reduza a mera fornecedora de mão de obra.

Nesse sentido, é possível afirmar que a principal contribuição da UnED Maria da Graça é justamente a de condensar em seu espaço as contradições e potencialidades da EPT brasileira. Ao mesmo tempo em que enfrenta desafios estruturais e pedagógicos, oferece a oportunidade de ressignificar a memória da educação pública no país e projetar caminhos para uma formação mais crítica e inclusiva.

As reflexões aqui apresentadas permitem, portanto, destacar três considerações finais. Primeiro, compreender a EPT como campo de disputa histórica e social amplia a análise para além da dimensão técnica, evidenciando que a educação profissional é também espaço de construção de cidadania e identidade coletiva. Segunda consideração, o caso do CEFET/RJ mostra a importância de valorizar a singularidade institucional, mas também a necessidade de políticas de integração e equidade no contexto da expansão multicampi. Terceiro, a UnED Maria da Graça, como lugar de memória, constitui exemplo singular da possibilidade de ressignificar espaços e experiências, transformando-os em instrumentos de democratização do conhecimento e formação cidadã.

Dessa forma, o artigo reafirma que memória e identidade não são elementos secundários na análise da educação profissional, mas dimensões centrais para compreender seus desafios e projetar seu futuro. Valorizar a memória institucional, preservar espaços simbólicos e articular identidades coletivas são estratégias



**V SIMPÓSIO EPT SUDESTE
SIMEPT 2025**



fundamentais para consolidar uma EPT que não apenas responda às demandas do mercado de trabalho, mas que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 2004.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Manutenção Automotiva. Rio de Janeiro: CEFET/RJ – UNED Maria da Graça, 2023.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. São Paulo: Cortez, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. Ensino médio e educação profissional: a educação geral e a profissionalizante na contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 2000.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

RAMOS, Marise Nogueira. A formação integrada: um projeto de educação em disputa. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. São Paulo: Cortez, 2001. p. 39-62.